

# **Demonstrações Contábeis Anuais Completas**

## **2021**

**Enel Distribuição Ceará**

Companhia Energética do Ceará

21 de fevereiro de 2022

**Relatório da Administração**

**Demonstrações Contábeis**

**Notas Explicativas**

**Parecer do Auditor Independente**

**Declaração dos Diretores da Companhia**

**Manifestação do Conselho de Administração**

**Parecer do Conselho Fiscal**

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

# Relatório da Administração - 2021

Enel Distribuição Ceará

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ

21 de fevereiro de 2022

**Relações com Investidores**

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-ceara.html> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Enel Distribuição Ceará", ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2020, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (\*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

## 1 CONTEXTO SETORIAL

### Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

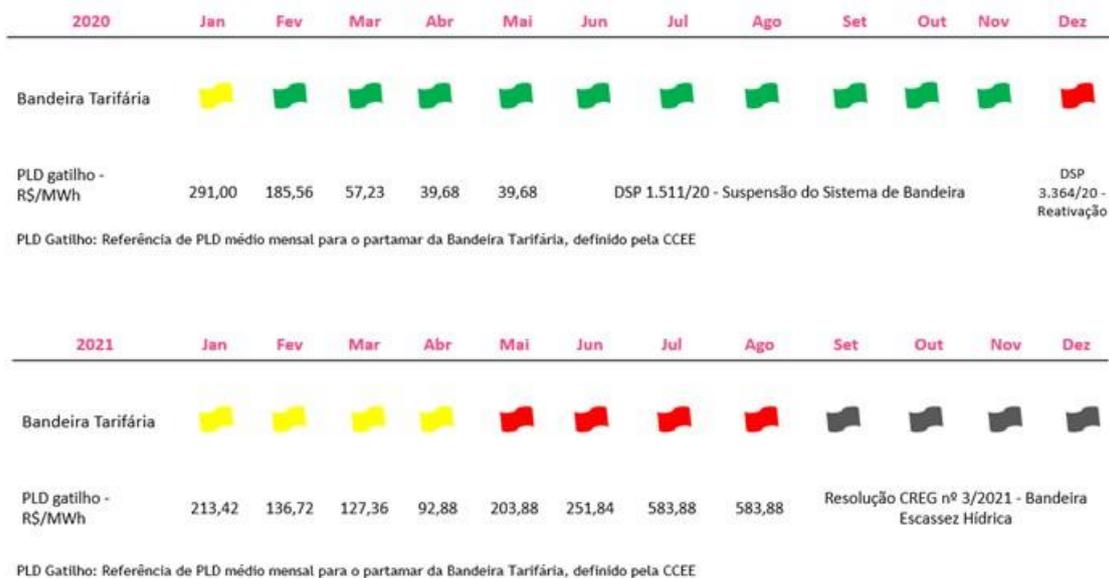
- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

### Reajuste Tarifário

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%.

### Conta-Covid

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL possivelmente no 1º trimestre de 2022.

### Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço que a Enel CE tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão, a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

### DESTAQUES DO PERÍODO

	2021	2020	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	12.916	11.740	10,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	12.139.898	8.438.884	43,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	8.109.507	5.993.064	35,3%
EBITDA (1) (R\$ mil)	1.235.493	809.745	52,6%
Margem EBITDA (%)	15,24%	13,51%	1,73 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	17,77%	16,12%	1,65 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	919.195	519.022	77,1%
Margem EBIT (%)	11,33%	8,66%	2,67 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	488.587	265.181	84,2%
Margem Líquida	6,02%	4,42%	1,60 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,03%	5,28%	1,75 p.p
CAPEX (R\$ mil)	1.088.170	910.368	19,5%
DEC (12 meses)*	12,02	16,51	-27,2%
FEC (12 meses)*	5,12	6,30	-18,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)	98,75%	98,59%	0,16 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,32%	16,30%	0,02 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.403.603	4.319.465	1,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.111	1.122	-1,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.117	1.116	0,1%
PMSO (3)/Consumidor	257,67	207,54	24,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	381	411	-7,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.563	10.521	9,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2021 com um incremento de 2,5% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 2020. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial convencional e setor público.

No ano, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 573,5 milhões.

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	10.316	9.659	6,8%
Clientes Livres	2.589	2.069	25,1%
Revenda	12	12	-
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>12.916</b>	<b>11.740</b>	<b>10,0%</b>

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2021 apresentou um aumento de 1.176 GWh em relação ao ano de 2020, é explicado, principalmente, pelo aumento no número de clientes e do consumo devido a retomada das atividades econômicas com o fim do *lockdown*. Entre as classes, destacam-se o aumento do consumo nas classes residencial convencional, principalmente pelo aumento no número de clientes e setor público, devido a reabertura de órgão e instituições públicas, tais como colégios, creches etc.

### VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	2021	2020	Var. %
Residencial - Convencional	4.429	3.905	13,4%
Residencial - Baixa Renda	1.003	976	2,8%
Industrial	564	581	-2,9%
Comercial	1.542	1.586	-2,8%
Rural	1.277	1.204	6,1%
Setor Público	1.500	1.408	6,5%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>10.316</b>	<b>9.659</b>	<b>6,8%</b>

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou um aumento de 6,8%, justificado principalmente pela redução nas classes Comercial e Industrial, em função dos impactos da pandemia do Covid-19, mencionados anteriormente.

### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE\*

	2021	2020	Var. %
DEC 12 meses (horas)*	12,02	16,51	-27,2%
FEC 12 meses (vezes)*	5,12	6,30	-18,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,32%	16,30%	0,02 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,75%	98,59%	0,16 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.117	1.116	0,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	381	411	-7,2%
PMSO (1)/Consumidor	257,67	207,54	24,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.563	10.521	9,9%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 27,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. O FEC apresentou uma redução de 18,9%. As melhorias observadas nos indicadores de qualidade durante o ano de 2021 é resultado de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão.

Além do plano de melhoria, em 2021, a Companhia também investiu R\$ 46,6 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema o que também refletiu no bom desempenho dos índices de qualidade durante o trimestre em questão.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,32% em 4T21, permanecendo estável em relação às perdas registradas em 2020, de 16,30%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A piora no índice de perdas também é reflexo da adequação dos períodos de faturamento dos clientes de média e alta tensão para o período civil de cada mês, a fim de atender a resolução 863/ANEEL.

Em 2021, foram investidos R\$ 47,4 milhões\* no combate às perdas.

## 4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	12.139.898	8.438.884	43,9%
Deduções à Receita Operacional	(4.030.391)	(2.445.820)	64,8%
Receita Operacional Líquida	8.109.507	5.993.064	35,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(7.190.312)	(5.474.042)	31,4%
<b>EBITDA(1)*</b>	<b>1.235.493</b>	<b>809.745</b>	<b>52,6%</b>
Margem EBITDA*	15,24%	13,51%	1,73 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	17,77%	16,12%	1,65 p.p
EBIT(2)*	919.195	519.022	77,1%
Margem EBIT*	11,33%	8,66%	2,67 p.p
Resultado Financeiro	(269.026)	(150.345)	78,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(161.582)	(103.496)	56,1%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>488.587</b>	<b>265.181</b>	<b>84,2%</b>
Margem Líquida	6,02%	4,42%	1,60 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,03%	5,28%	1,75 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	6,28	3,41	84,2%

(1) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (2) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia incrementou R\$ 3,7 bilhões em relação ao ano de 2020. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2021, alcançou o montante de R\$ 11,0 bilhões, o que representa um aumento de 47,0% (R\$ 3,5 bilhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,5 bilhões. Um fator não recorrente que contribuiu parcialmente com essa melhora foi a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Reclassificação originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da Companhia e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional. Esta rubrica totalizou R\$ 328,2 milhões no 2021, representando uma melhora de R\$ 202,5 milhões em comparação com 2020. Além desta razão, o aumento da receita operacional bruta é resultado dos seguintes efeitos:

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	8.002.776	6.207.110	28,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(27.881)	(28.172)	-1,0%
Subvenção baixa renda	205.934	259.303	-20,6%
Subvenção de recursos da CDE	250.764	256.747	-2,3%
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>8.431.593</b>	<b>6.694.988</b>	<b>25,9%</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.455.569	264.818	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	366.206	255.974	43,1%
Receita de construção	1.157.874	969.072	19,5%
Venda de Energia Excedente - MVE	248.579	11.466	>100,0%
Marcação a mercado de ativo indenizável	328.258	125.733	>100,0%
Outras receitas	151.819	116.833	29,9%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>12.139.898</b>	<b>8.438.884</b>	<b>43,9%</b>

#### Variações relevantes

- Aumento de R\$ 1,8 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2020, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuída no período (12.916 GWh no 2021 vs. 11.740 GWh no 2020) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento de R\$ 1,2 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório no período entre períodos;
- Aumento de R\$ 237,1 milhões na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), em razão, da Companhia, no 2021, ter participado do mecanismo em maior volume; e
- Aumento de R\$ 110,2 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.

### Deduções da Receita

#### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
ICMS	(2.022.316)	(1.551.772)	30,3%
COFINS - corrente	(677.160)	(469.474)	44,2%
PIS - corrente	(147.015)	(101.925)	44,2%
ISS	(6.444)	(5.134)	25,5%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(2.852.935)</b>	<b>(2.128.305)</b>	<b>34,0%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(65.317)	(48.173)	35,6%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(357.695)	(201.879)	77,2%
Encargos do consumidor - CCRBT	(746.808)	(60.934)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(7.636)	(6.529)	17,0%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(1.177.456)</b>	<b>(317.515)</b>	<b>&gt;100,0%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(4.030.391)</b>	<b>(2.445.820)</b>	<b>64,8%</b>

No ano de 2021, as deduções da receita totalizaram R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 2,4 bilhões em 2020, aumento de 64,8% ou R\$ 1,6 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento dos tributos, conforme detalhado abaixo:

- Aumento de 34,0% (R\$ 724,6 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 470,5 milhões e R\$ 252,8 milhões, respectivamente, em função de maior receita operacional;
- Aumento de R\$ 859,9 milhões nos encargos setoriais relativo, principalmente na linha de Encargos do consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias), cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021.

## Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2021 apresentaram um incremento de R\$ 1,7 bilhão, ou 31,4%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 6,0 bilhões, 33,9% ou R\$ 1,5 bilhão superior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 4,5 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

### CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.650.748)	(2.914.038)	25,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(972.802)	(405.103)	>100,0%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(4.623.550)</b>	<b>(3.319.141)</b>	<b>39,3%</b>
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>			
Pessoal	(175.832)	(166.529)	5,6%
Material e Serviços de Terceiros	(580.948)	(452.228)	28,5%
Depreciação e Amortização	(316.298)	(290.723)	8,8%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	1	(24.746)	<-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(188.552)	(81.541)	>100,0%
Custo de Construção	(1.157.874)	(969.072)	19,5%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(19.700)	(28.684)	-31,3%
Perda de recebíveis de clientes	(62.978)	(40.917)	53,9%
Receita de multas por impontualidade de clientes	42.075	26.090	61,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(106.656)	(126.551)	-15,7%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(2.566.762)</b>	<b>(2.154.901)</b>	<b>19,1%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(7.190.312)</b>	<b>(5.474.042)</b>	<b>31,4%</b>

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em 39,3% em relação ao registrado no 2020. Tal variação é explicada, principalmente pelos aumentos na rubrica Energia elétrica comprada para revenda em R\$ 736,7 milhões e nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 567,7 milhões.
- Aumento dos custos gerenciáveis, excluindo-se os custos de construção, de 18,8% ou R\$ 223,1 milhões, explicado pelo aumento das rubricas de Materiais e Serviços de terceiros no valor de R\$ 128,7 milhões decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade; e de Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 107,0 milhões explicado pela (i) crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iii) aumento do custo de energia.

## EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2021 atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 425,7 milhões em relação ao ano de 2020. A margem EBITDA da Companhia em 2021 foi de 15,24%, com aumento de 1,73 p.p. em relação a 2020. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2021 foi de 17,77%, o que representa um incremento de 1,65 p.p. em relação a 2020, este aumento é devido ao efeito positivo da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável e ao aumento da receita operacional bruta.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

### CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Lucro Líquido do Período	488.587	265.181	84,2%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota explicativa 32)	161.582	103.496	56,1%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	269.026	150.345	78,9%
(=) EBIT	919.195	519.022	77,1%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	316.298	290.723	8,8%
(=) EBITDA	1.235.493	809.745	52,6%

### Resultado Financeiro

Em 2021, as despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$ 269,0 milhões, resultado R\$ 118,7 milhões superior do que o registrado em 2020.

### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de aplicação financeira	7.026	6.102	15,1%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	78.542	63.502	23,7%
Variações monetárias	57.236	6.591	>100,0%
Reversão de atualização de CDE	-	(12.400)	-100,0%
Variação cambial de dívidas	113.903	99	>100,0%
Variação cambial	3.962	5.304	-25,3%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	194.984	145.440	34,1%
Outras receitas financeiras	23.112	9.561	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.906)	(3.665)	>100,0%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>470.859</b>	<b>220.534</b>	<b>&gt;100,0%</b>
Despesas financeiras			
Variações monetárias de Dívidas	(117.953)	(44.937)	>100,0%
Variações cambial de dívidas	(196.086)	(146.614)	33,7%
Variações cambial	(7.708)	-	-
Encargos de Dívidas e mútuos	(134.038)	(96.434)	39,0%
Encargos fundo de pensão	(6.788)	(6.143)	10,5%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(38.194)	-	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(59.673)	(26.770)	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(149.148)	(4.089)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(6.964)	(5.092)	36,8%
Outras despesas financeiras	(23.333)	(40.800)	-42,8%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(739.885)</b>	<b>(370.879)</b>	<b>99,5%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(269.026)</b>	<b>(150.345)</b>	<b>78,9%</b>

### Variações relevantes

A variação observada explica-se, sobretudo, pelo aumento líquido de R\$ 141,8 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento de R\$ 37,6 milhões nas despesas de encargos, que ocorreu devido principalmente ao aumento de 1,63% do CDI (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro; e
- (ii) aumento de R\$ 73,0 milhões na despesa de variação monetária de dívida devido ao aumento do índice de IPCA no período, 5,30% (10,06% em 2021 x 4,52% em 2020).

Este efeito foi parcialmente compensado pelo:

- (i) aumento de R\$ 15,0 milhões na rubrica de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes.

## Tributos e Outros

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e outros (Amortização do Ágio) em 2021 registraram um aumento de R\$ 58,1 milhões em relação ao ano de 2020. Esta variação decorre, da maior base de cálculo desses tributos.

### TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
IR e CSLL (corrente e diferido)	(195.197)	(149.576)	30,5%
Incentivo Fiscal SUDENE	33.615	46.080	-27,1%
<b>Total</b>	<b>(161.582)</b>	<b>(103.496)</b>	<b>56,1%</b>

## Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a companhia registrou em 2021 um lucro líquido de R\$ 488,6 milhões, valor R\$ 223,5 milhões superior ao registrado no ano de 2020. A margem líquida em 2021 alcançou 6,03%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a margem líquida da Companhia atingiu 7,03% (5,41% em 2020).

## 5 ENVIDAMENTO E LIQUIDEZ

### INDICADORES DE ENVIDAMENTO

	2021	2020	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	3.714.368	2.425.793	53,1%
Dívida com Terceiros	2.986.918	2.425.793	23,1%
Dívida Intercompany	727.450	-	-
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	284.964	258.391	10,3%
Dívida líquida (R\$ mil)	3.429.404	2.167.402	58,2%
Dívida Bruta / EBITDA (1)*	2,47	2,52	-2,4%
Dívida Líquida / EBITDA (1)*	2,28	2,26	0,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,52	0,43	22,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,40	25,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos

A dívida bruta da Companhia encerrou o 4T21 em R\$ 3.714 milhões, um incremento de R\$ 1.289 milhões em relação ao 4T20. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 610 milhões captados com Scotiabank, R\$ 270 milhões com o BNP Paribas, R\$ 280 milhões com o Sumitomo, R\$ 500 milhões com a Enel Finance International N.V. e R\$ 212 milhões com a Enel Brasil), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 287 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 763 milhões e R\$ 117 milhões.

A Companhia encerrou o 4T21 com o custo médio da dívida no período de 9,86% a.a.

### Colchão de Liquidez\*

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

#### Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

## 6 INVESTIMENTOS

### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2021	2020	Var. %
Novas Conexões	573.455	606.389	-5,4%
Rede	267.321	134.056	99,4%
Combate às Perdas	47.433	39.077	21,4%
Qualidade do Sistema Elétrico	123.062	44.331	>100,0%
Adequação à carga	96.826	50.648	91,2%
Outros	247.394	169.923	45,6%
<b>Total Investido</b>	<b>1.088.170</b>	<b>910.368</b>	<b>19,5%</b>
Aportes / Subsídios	(12.533)	(11.772)	6,5%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>1.075.637</b>	<b>898.596</b>	<b>19,7%</b>

Os investimentos realizados pela Companhia em 2021 alcançaram R\$ 1,1 bilhões, um aumento de R\$ 177,8 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2021 foi direcionado principalmente para melhorias da rede, com foco na qualidade do sistema elétrico (aumento de R\$ 78,7 milhões no valor investido em comparação ao ano anterior).

## 7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

A Enel Distribuição Ceará mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. Esse planejamento estratégico possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2021, a empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrinhados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 110 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Ceará em 2021 beneficiaram mais de 484 mil pessoas, com um investimento de R\$ 42 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 2,1 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, concedeu mais de R\$ 1 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também trocou gratuitamente cerca de 2,5 mil geladeiras e 76 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa incentiva a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando os participantes na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, no aporte de estrutura e insumos, sem esquecer das questões relacionadas ao meio ambiente e à cidadania. Em 2021, foram realizadas diversas capacitações, on-line e presenciais, beneficiando mais de mil pessoas através de cursos realizados em parcerias com o Reload, IAPS, Rede de Lideranças, SENAI e Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Nas parcerias com Reload/IAPS, ao final dos cursos foram entregues 120 Kits (bicicleta + capacete e bolsa) para aumentar as vendas dos comerciantes locais. Já na parceria com a SAP, mulheres egressas do sistema penitenciário feminino foram capacitadas e receberam máquina de costura e kits de artesanato como incentivo para iniciarem seu próprio negócio.

**Enel Compartilha Oportunidade:** O programa tem como objetivo capacitar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, por meio da formação técnica profissional, para que possam atuar nas empresas parceiras da Enel, gerando valor compartilhado. A Enel mantém parcerias com empresas e instituições para cursos de capacitação e para a empregabilidade desses jovens. Em 2021, a Enel Distribuição Ceará, em parceria com o SENAI, realizou o curso "Eletricistas de Redes de Distribuição de Energia Elétrica" para militares do Exército do Ceará. A iniciativa faz parte do projeto Soldado Cidadão, que tem por finalidade fornecer qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo melhores condições de inserção no mercado de trabalho aos licenciados por término do tempo de serviço militar. O curso foi apoiado pelo programa Enel Compartilha Oportunidade.

**Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE):** A convite da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi realizada a 1ª Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), um projeto piloto e cooperado entre quatro distribuidoras brasileiras: Enel CE, Coelba, EDP e RGE. A ideia foi promover conhecimentos sobre consumo consciente e eficiente de energia elétrica. A Olimpíada agregou também aprendizados no campo de Ciências da Natureza e suas tecnologias. As inscrições foram realizadas de forma on-line e gratuita. Os professores ou as instituições de ensino tiveram o acesso a dois cursos de formação sobre eficiência energética e temas relacionados aos desafios da gincana. Os professores capacitados orientaram os alunos para realizarem os cursos no site do programa. Para os alunos foram desenvolvidos desafios divertidos, simples e ligados ao seu dia a dia, com questões sobre como economizar energia dentro de casa, aparelhos mais ou menos eficientes, o uso adequado de cada equipamento, além de tarefas sobre o não desperdício de recursos. Os desafios foram aplicados na primeira fase e, para a segunda etapa os participantes realizaram provas on-line sobre os mesmos temas. A Enel Ceará teve 584 escolas, 1.145 professores e 21.050 alunos em 144 municípios participantes.

**Parceiro Responsável:** Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

**Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

#### **Certificações**

A Enel Distribuição Ceará conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

## **8 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES\***

### **100 Open Startups**

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

### **Empresa Amiga da Criança**

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

### **Empresa Pró-Ética**

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de

corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

#### **Empresa Mais Digital de 2021**

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

#### **Certificação Top Employer**

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

#### **Anuário Época Negócios 360**

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

#### **Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos**

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

## 9 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

## 10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

<b>Diretoria Executiva</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
Diretor Presidente	Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação	Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora de Compras	Vago
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Charles de Capdeville
Diretora de Mercado	Luiz Flavio Xavier de Sá

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Presidente	Guilherme Gomes Lencastre
Vice-Presidente	Mário Fernando de Melo Santos
Conselheiro Efetivo	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Teobaldo José Cavalcante Leal
Conselheiro Efetivo	Gino Celentano
Conselheiro Efetivo	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro Efetivo	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro Efetivo	Fernando Augusto Macedo de Melo
Conselheiro Efetivo	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro Suplente	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro Suplente	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheiro Suplente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure
Conselheiro Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Conselheiro Suplente	Dilma Maria Toledo
Conselheiro Suplente	Artur Teixeira Neto

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Carlos Antonio Vergara Cammas
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Luciana Doria Wilson

**Relações com Investidores**

Fabio Romanin

**Contador Responsável**

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2022.

**A Administração**



# **Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará**

CNPJ: 07.047.251/0001-70

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Com relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....18

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais .....22

Demonstrações dos resultados .....23

Demonstrações dos resultados abrangentes .....24

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....25

Demonstrações dos fluxos de caixa .....26

Demonstrações do valor adicionado .....27

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....28



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

*Fortaleza – CE*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - Coelce (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de

nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	
Veja as Notas 3.1.2 e 29 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;</li> <li>(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;</li> <li>(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e</li> <li>(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.</li> </ol> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	204.316	166.015
Títulos e valores mobiliários	<b>6</b>	80.648	92.376
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>7</b>	1.606.490	1.409.635
Ativo financeiro setorial	<b>10</b>	392.593	-
Créditos a receber - subvenção e outros	<b>8</b>	78.011	17.079
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	<b>9</b>	136.426	112.810
Outros tributos compensáveis	<b>9</b>	576.250	401.330
Serviços em curso		61.206	79.108
Instrumentos financeiros derivativos	<b>33</b>	-	65.114
Outros créditos		172.038	83.419
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.307.978</b>	<b>2.426.886</b>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	<b>7</b>	115.421	75.431
Ativo financeiro setorial	<b>10</b>	126.078	-
Depósitos vinculados	<b>26</b>	48.798	47.676
Cauções e depósitos	<b>12</b>	31.101	28.583
Outros tributos compensáveis	<b>9</b>	654.499	1.070.993
Instrumentos financeiros derivativos	<b>33</b>	43.594	483
Tributos diferidos	<b>32</b>	52.077	32.142
Benefício fiscal	<b>11</b>	21.042	25.520
Ativo indenizável (concessão)	<b>13</b>	3.912.580	3.026.407
Imobilizado	<b>14</b>	80.146	43.564
Intangível	<b>15</b>	1.969.650	2.007.919
Ativos contratuais	<b>16</b>	874.887	580.780
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.929.873</b>	<b>6.939.498</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.237.851</b>	<b>9.366.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	17	1.410.469	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	20	420.631	637.557
Obrigações por arrendamentos	22	14.200	2.944
Debêntures	21	371.330	190.570
Passivo financeiro setorial	10	-	81.677
Salários, provisões e encargos sociais		48.028	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	16.284	71.110
Outras obrigações fiscais	19	233.208	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	473.748	317.774
Dividendos a pagar		171.729	130.276
Encargos setoriais	23	98.371	91.892
Obrigações com benefícios pós-emprego	25	1.338	1.530
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26	295	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	28.935	1.241
Outras obrigações		170.922	98.070
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.459.488</b>	<b>2.875.690</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	20	1.847.084	319.009
Debêntures	21	1.082.623	1.343.013
Obrigações por arrendamentos	22	6.386	1.325
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	997.855	1.128.538
Passivo financeiro setorial	10	-	127.543
Outras obrigações fiscais	19	1.169	3.488
Encargos setoriais	23	8.036	16.820
Obrigações com benefícios pós-emprego	25	87.977	110.398
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26	245.047	194.529
Instrumentos financeiros derivativos	33	7.359	-
Outras obrigações		8.022	15.483
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.291.558</b>	<b>3.260.146</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	27	914.346	892.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.220.037	1.871.325
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(6.249)	(1.402)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	109.708
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.486.805</b>	<b>3.230.548</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>11.237.851</b>	<b>9.366.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reapresentado	
		31.12.2021	31.12.2020
<b>Receita líquida</b>	<b>29</b>	<b>8.109.507</b>	<b>5.993.064</b>
<b>Custo do serviço</b>	<b>30</b>	<b>(6.786.648)</b>	<b>(5.124.203)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.322.859</b>	<b>868.861</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>30</b>		
Despesas com vendas		(10.875)	(3.929)
Despesas gerais e administrativas		(188.373)	(249.418)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(251.530)	(122.457)
Outras receitas operacionais		47.114	25.965
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(403.664)</b>	<b>(349.839)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>919.195</b>	<b>519.022</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>31</b>		
Receitas financeiras		470.859	220.534
Despesas financeiras		(739.885)	(370.879)
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(269.026)</b>	<b>(150.345)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>650.169</b>	<b>368.677</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(219.573)	(135.605)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.376	(13.971)
Incentivo fiscal		33.615	46.080
	<b>32</b>	<b>(161.582)</b>	<b>(103.496)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>488.587</b>	<b>265.181</b>
<b>Lucro por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>28</b>		
Ação ordinária		6,2756	3,40608
Ação preferencial - Classe A		6,6521	3,61044
Ação preferencial - Classe B		6,9031	3,74668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>488.587</b>	<b>265.181</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Ganho(perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	20.410	(15.777)
Tributos diferidos sobre ganho(perda)atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(6.939)	5.364
	<b>13.471</b>	<b>(10.413)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(7.344)	(1.607)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	2.497	546
	<b>(4.847)</b>	<b>(1.061)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>497.211</b>	<b>253.707</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>808.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>888.885</b>	<b>927.074</b>	<b>82.671</b>	-	<b>3.114.051</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.777)	(15.777)
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	5.364	5.364
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(10.413)	10.413	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.607)	(1.607)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	546	546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	265.181	-	265.181
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	46.080	-	(46.080)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	315	-	315
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(54.854)	-	(54.854)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	109.708	(109.708)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	44.441	-	(44.441)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>892.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>934.965</b>	<b>887.515</b>	<b>109.708</b>	-	<b>3.230.548</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(109.708)	-	(109.708)
Aumento de capital	22.100	-	-	-	-	-	(22.100)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	20.410	20.410
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.939)	(6.939)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	13.471	(13.471)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.344)	(7.344)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	2.497	2.497
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	488.587	-	488.587
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	33.615	-	(33.615)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	63	-	63
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(117.000)	-	(117.000)
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(14.309)	-	(14.309)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	337.197	-	(337.197)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>914.346</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>968.580</b>	<b>1.202.612</b>	-	<b>(6.249)</b>	<b>3.486.805</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reapresentado	
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	488.587	265.181
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	188.552	81.541
Perda de recebíveis de clientes	62.978	40.917
Depreciação e amortização	341.068	313.230
Juros e variações monetárias	222.568	330.684
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(45.836)	(141.351)
Ativos e passivos financeiros setorial	19.042	(6.591)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(328.258)	(125.733)
Valor residual de intangível e imobilizado	354	4.396
Tributos e contribuições social diferidos	(19.898)	13.971
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19.700	28.684
Obrigações com benefícios pós-emprego	8.649	7.391
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(488.375)	(313.104)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(60.932)	(16.549)
Ativo financeiro setorial	(537.713)	80.131
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(23.616)	(16.996)
Outros tributos compensáveis	241.574	125.544
Depósitos vinculados	(1.122)	(128)
Outros créditos	(70.717)	16.799
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	385.912	157.834
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	25.291	25.445
Salários, provisões e encargos sociais	(11.297)	16.836
Imposto de renda e contribuição social a pagar	185.400	89.435
Outras obrigações fiscais	66.806	(1.837)
Passivo financeiro setorial	(209.220)	209.220
Encargos setoriais	(4.816)	5.224
Outras obrigações	65.390	64.471
	<b>520.071</b>	<b>1.254.645</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(240.226)	(118.741)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(28.560)	(35.967)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(10.852)	(8.297)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(106.436)	(90.053)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(10.202)	(3.518)
Pagamentos de juros de arrendamento	(425)	(441)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>123.370</b>	<b>997.628</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.167.941)	(974.132)
Cauções e depósitos	(2.518)	(4.620)
Títulos e valores mobiliários	11.728	(15.343)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.158.731)</b>	<b>(994.095)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.870.050	533.079
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(693.865)	(427.269)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(7.231)	(6.801)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	63.507
Parcelamento especial	(1.541)	(1.422)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(199.501)	(90.217)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>1.073.662</b>	<b>70.877</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>38.301</b>	<b>74.410</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>204.316</b>	<b>166.015</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Reapresentado</b>	
	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>1. Receitas</b>	<b>11.998.460</b>	<b>8.389.788</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>12.187.012</b>	<b>8.471.329</b>
Fornecimento de energia elétrica	10.982.024	7.469.813
Outras receitas	47.114	32.444
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.157.874	969.072
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(188.552)	(81.541)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(7.027.852)</b>	<b>(5.240.762)</b>
Materiais	(469.173)	(528.043)
Outros custos operacionais	(178.558)	(210.802)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.149.496)	(3.640.876)
Serviços de terceiros	(1.230.625)	(861.041)
<b>3. Valor adicionado bruto</b>	<b>4.970.608</b>	<b>3.149.026</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(341.068)</b>	<b>(313.230)</b>
Depreciação e amortização	(341.068)	(313.230)
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>4.629.540</b>	<b>2.835.796</b>
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>470.859</b>	<b>220.534</b>
Receitas financeiras	470.859	220.534
<b>7. Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>5.100.399</b>	<b>3.056.330</b>
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>5.100.399</b>	<b>3.056.330</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>211.474</b>	<b>194.550</b>
Remunerações	126.276	126.442
FGTS	5.488	5.124
Outros encargos sociais	9.362	8.183
Previdência privada	8.930	8.173
Auxílio-alimentação	12.689	13.868
Convênio assistencial e outros benefícios	30.791	17.988
Participação nos resultados	17.938	14.772
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>3.646.648</b>	<b>2.210.843</b>
<b>Federais</b>	<b>438.423</b>	<b>334.282</b>
Imposto de renda e contribuição social	195.197	149.576
COFINS	204.363	167.940
PIS	44.369	36.460
INSS	28.109	26.386
( - ) Incentivos fiscais	(33.615)	(46.080)
<b>Estaduais</b>	<b>2.022.353</b>	<b>1.551.820</b>
ICMS	2.022.316	1.551.772
Outros	37	48
<b>Municipais</b>	<b>8.416</b>	<b>7.225</b>
ISS	6.444	5.134
IPTU	664	1.064
Outros	1.308	1.027
<b>Encargos setoriais</b>	<b>1.177.456</b>	<b>317.516</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	357.695	201.879
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	65.317	48.173
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.636	6.529
Encargos do consumidor - CCRBT	746.808	60.935
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>753.690</b>	<b>385.756</b>
Juros	280.504	187.476
Outras despesas financeiras	459.381	183.403
Aluguéis	13.805	14.877
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>488.587</b>	<b>265.181</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio	131.309	54.854
Dividendos propostos	-	109.708
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	33.615	46.080
Reserva de lucro	323.663	54.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil”

ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

#### 1.1 Pandemia (Covid-19) – Impactos econômico-financeiros

##### Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, o Grupo Enel providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pelo grupo. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

##### Monitoramento do plano estratégico

O Grupo Enel tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração do Grupo Enel continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

##### Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD

O Grupo tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, bem como representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia intensificou ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

### ***Medidas para o setor elétrico***

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras - vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 14.779, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

---

### **2.1 Base de preparação**

#### **2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022.

### **2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.1.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### **2.1.4 Segmento de negócios**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### **2.1.5 Reclassificações de saldos comparativos**

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(a)** A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel;
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota a política agora implementada pela Companhia. Entendemos que essa mudança possibilita aos usuários das demonstrações uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto desse assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 125.733 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 29), sem efeito líquido na DRE.

**(b)** Encargos do consumidor (CCRBT), classificados como “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 60.484.

As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida	5.867.331	(a)	125.733	5.993.064
Custo do serviço	(5.124.203)		-	(5.124.203)
Lucro bruto	743.128		125.733	868.861
Total despesas operacionais	(349.839)		-	(349.839)
Resultado do serviço público de energia elétrica	393.289		125.733	519.022
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	346.267	(a)	(125.733)	220.534
Despesas financeiras	(370.879)		-	(370.879)
Total resultado financeiro	(24.612)		(125.733)	(150.345)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	368.677		-	368.677
Imposto de renda e contribuição social	(103.496)		-	(103.496)
Lucro líquido do exercício	265.181		-	265.181

	2020			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
<b>1. Receitas</b>	<b>8.203.120</b>		<b>186.217</b>	<b>8.389.337</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>8.284.661</b>		<b>186.217</b>	<b>8.470.878</b>
Fornecimento de energia elétrica	7.283.145	(a)(b)	186.217	7.469.362
Outras receitas	32.444		-	32.444
Receita relativa à construção de ativos próprios	969.072		-	969.072
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(81.541)		-	(81.541)
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.240.762)</b>		<b>-</b>	<b>(5.240.762)</b>
<b>3. Valor adicionado bruto</b>	<b>2.962.358</b>		<b>186.217</b>	<b>3.148.575</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(313.230)</b>		<b>-</b>	<b>(313.230)</b>
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>2.649.128</b>		<b>186.217</b>	<b>2.835.345</b>
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>346.267</b>		<b>(125.733)</b>	<b>220.534</b>
Receitas financeiras	346.267	(a)	(125.733)	220.534
<b>7. Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.995.395</b>		<b>60.484</b>	<b>3.055.879</b>
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.995.395</b>		<b>60.484</b>	<b>3.055.879</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>194.550</b>		<b>-</b>	<b>194.550</b>
<b>Tributos (Governos)</b>	<b>2.149.908</b>		<b>60.484</b>	<b>2.210.392</b>
<b>Federais</b>	<b>334.282</b>		<b>-</b>	<b>334.282</b>
<b>Estaduais</b>	<b>1.551.820</b>		<b>-</b>	<b>1.551.820</b>
<b>Municipais</b>	<b>7.225</b>		<b>-</b>	<b>7.225</b>
<b>Encargos setoriais</b>	<b>256.581</b>		<b>60.484</b>	<b>317.065</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	201.879		-	201.879
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	48.173		-	48.173
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.529		-	6.529
Encargos do consumidor - CCRBT	-	(b)	60.484	60.484
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>385.756</b>		<b>-</b>	<b>385.756</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>265.181</b>		<b>-</b>	<b>265.181</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos**

---

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

#### **3.1 Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

##### **3.1.1 Receita de distribuição (fornecimento e disponibilidade de rede elétrica)**

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes.

A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa).

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Conforme mencionando anteriormente, a receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores (contraprestação variável), relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indacam a duração

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

### 3.1.2 Receita não faturada

O cálculo da renda não faturada, considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%), vide nota explicativa nº 29.

### 3.1.3 Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### 3.1.4 Receita de serviço

As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

### 3.1.5 Subvenção de recursos CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Créditos a receber – subvenção e Outros”.

### 3.1.6 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

##### Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas as empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

##### Custo amortizado (instrumentos de dívida)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento.

### b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou,
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

### f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro).

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

### g) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas),

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro).

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

### h) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição ("VNR"), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

### 3.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos contratos de concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial.

### 3.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.6 Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

#### Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente

### 3.7 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 14.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

### 3.8 Intangível

São decorrentes de licenças de software, direito de uso da infraestrutura. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

### 3.9 Ativo contratual

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

### 3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### (a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

### (c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o benefício apurado foi de R\$ 33.615 (R\$ 46.080 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

### 3.12 Benefício a empregados – Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

### 3.13 Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

### 3.14 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide nota explicativa nº8.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.15 Resultado por ação – básico/diluído

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes, para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

### 3.16 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

#### (a) Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

#### (b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.17 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

### 3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

### *Julgamentos, estimativas e premissas*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

#### Nota explicativa nº33 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação

#### Nota explicativa nº13 - Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

#### Nota explicativa nº7 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público).

Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- (i) Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- (ii) Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("Loss given default – LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

### Nota explicativa 11 - Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem.

### Nota explicativa 26 - Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Nota explicativa 25 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

### Nota explicativa 29 - Receita de distribuição não faturada

A estimativa da receita não faturada referente ao serviço de distribuição e calculada conforme as premissas descritas no item 3.1.2.

## 4. Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário 2021</b>	
Encargos Setoriais	4,57%
Custos de Transmissão	5,91%
Custos de Aquisição de Energia	3,15%
<b>Parcela A</b>	<b>13,63%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>10,44%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>24,07%</b>
CVA Total	7,52%
Mecanismo de mitigação tarifária	-11,13%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiro da Parcela A	2,17%
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-10,53%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>13,54%</b>
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,59%
<b>Efeito médio a ser percebido pelos consumidores</b>	<b>8,95%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

**a) Parcela A:** Reajustada em 21,03%, representando 13,63% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia comprada - aumento de 11,87%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo da compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

**b) Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
- Fator X de 1,43 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**c) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 531.957, dentre os quais destacamos R\$ 379.752 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 60.808 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 135.548. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de R\$ 428.192.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 8,54%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

### **Bandeira tarifária**

Diante de condições hidro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20, que suspendia a aplicação das Bandeiras tarifárias, e reativou o sistema das bandeiras tarifárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro tendo consequentes aumentos dos patamares das bandeiras tarifárias até o patamar vermelho nível 2 e reajustes de seus preços. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>27.864</b>	<b>30.877</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (aplicações diretas)	11.120	31.882
Fundos de investimento aberto	14.053	837
Operações compromissadas	151.279	102.406
	<b>176.452</b>	<b>135.125</b>
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	-	13
	<b>-</b>	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>204.316</b>	<b>166.015</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

### 6. Títulos e valores imobiliários

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	<b>80.048</b>	<b>76.801</b>
Fundos de investimentos exclusivos (a)	<b>600</b>	<b>15.575</b>
Títulos públicos	414	13.270
LF - Letra Financeira	186	2.305
<b>Total</b>	<b>80.648</b>	<b>92.376</b>

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,49% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2021 (6,03% em 31 de dezembro de 2020).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 31.12.2021	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias				
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	235.746	231.990	23.893	61.108	87.110	230.802	870.649	(322.853)	547.796
Industrial	21.110	11.654	632	851	1.843	21.775	57.865	(14.353)	43.512
Comercial	76.107	37.973	5.409	13.205	11.469	71.123	215.286	(59.293)	155.993
Rural	78.266	42.499	3.285	11.340	21.053	75.204	231.647	(67.160)	164.487
Poder público	32.464	16.445	2.209	3.886	6.661	21.014	82.879	(11.460)	71.419
Iluminação pública	41.926	19.371	3.971	7.519	15.662	47.768	136.217	(40.665)	95.552
Serviço público	20.052	4.333	1.022	1.687	2.146	13.404	42.644	(11.678)	30.966
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>505.671</b>	<b>364.265</b>	<b>40.621</b>	<b>99.596</b>	<b>145.944</b>	<b>481.090</b>	<b>1.637.187</b>	<b>(527.462)</b>	<b>1.109.725</b>
Receita não faturada	389.575	-	-	-	-	-	389.575	(7.664)	381.911
Parcelamento de débitos	4.289	18.194	13.495	42.296	63.914	115.421	257.609	(10.971)	246.638
Venda de Energia Excedente - MVE	-	6.787	-	-	-	-	6.787	-	6.787
Compartilhamento - uso mútuo	9.670	16.299	3.845	9.521	31.623	16.745	87.703	(67.749)	19.954
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.933	26.933	-	26.933
Compensação de Iluminação Pública (a)	-	(70.037)	-	-	-	-	(70.037)	-	(70.037)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
<b>Subtotal</b>	<b>909.205</b>	<b>335.508</b>	<b>57.961</b>	<b>151.413</b>	<b>241.481</b>	<b>655.478</b>	<b>2.351.046</b>	<b>(629.135)</b>	<b>1.721.911</b>
								Circulante	1.606.490
								Não circulante	115.421

(a) A Companhia reconheceu o valor devido referente a Contribuição de Iluminação Pública, relacionado ao mês de dezembro de 2021. Este valor foi integralmente compensado em faturas de energia elétrica, em janeiro de 2022.

A vencer	Vencidos					Total 31.12.2020	PECLD	Total 31.12.2020	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias				
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	193.625	194.039	20.156	39.160	75.901	211.595	734.476	(180.229)	554.247
Industrial	18.936	15.231	773	1.597	3.633	17.168	57.338	(21.493)	35.845
Comercial	56.086	32.561	3.610	7.914	15.915	43.440	159.526	(50.776)	108.750
Rural	64.059	43.734	5.890	10.989	21.388	46.422	192.482	(56.762)	135.720
Poder público	27.371	14.126	3.776	4.058	8.337	15.897	73.565	(12.473)	61.092
Iluminação pública	18.367	11.464	6.400	13.061	6.066	31.034	86.392	(36.447)	49.945
Serviço público	15.243	7.172	859	2.290	2.763	9.826	38.153	(11.923)	26.224
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>393.587</b>	<b>318.327</b>	<b>41.464</b>	<b>79.069</b>	<b>134.003</b>	<b>375.382</b>	<b>1.341.332</b>	<b>(370.109)</b>	<b>971.223</b>
Receita não faturada	281.102	-	-	-	-	-	281.102	(3.805)	277.297
Parcelamento de débitos*	214.636	-	-	-	-	-	214.636	(7.528)	207.108
Compartilhamento - uso mútuo	6.353	6.609	3.918	3.232	2.515	12.123	34.750	(12.443)	22.307
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	-	-	-	32.350	38.881	(32.350)	6.531
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
<b>Total</b>	<b>902.309</b>	<b>324.936</b>	<b>45.382</b>	<b>82.301</b>	<b>136.518</b>	<b>435.144</b>	<b>1.926.590</b>	<b>(441.524)</b>	<b>1.485.066</b>
								Circulante	1.409.635
								Não circulante	75.431

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	31.12.2021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(441.524)	(250.589)	62.978	(629.135)
Outros créditos	(2.459)	(941)	-	(3.400)
	<b>(443.983)</b>	<b>(251.530)</b>	<b>62.978</b>	<b>(632.535)</b>
Circulante	(428.694)	-	-	(617.246)
Não Circulante	(15.289)	-	-	(15.289)
Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	31.12.2020
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(358.657)	(122.728)	39.861	(441.524)
Outros créditos	(3.786)	270	1.057	(2.459)
	<b>(362.443)</b>	<b>(122.458)</b>	<b>40.918</b>	<b>(443.983)</b>
Circulante	(347.154)	-	-	(428.694)
Não Circulante	(15.289)	-	-	(15.289)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O ano de 2021 se mostrou desafiador no sentido de recuperar dívidas mais antigas, acumuladas durante o primeiro ano da pandemia de COVID, o que acabou impactando a expectativa de perda. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação.

### 8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsídio CDE	11.294	12.308
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	-	7.402
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	5.399	1.263
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(8.475)	(3.894)
Bônus - Redução voluntária de consumo (a)	69.793	-
<b>Total</b>	<b>78.011</b>	<b>17.079</b>

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um contas a receber e uma obrigação (rubrica de outras obrigações) no mesmo valor de R\$ 69.793.

### 9. Tributos a compensar

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda (a)	84.711	70.281
Contribuição social (a)	31.230	29.733
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	20.485	12.796
<b>Total</b>	<b>136.426</b>	<b>112.810</b>

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (c)	84.496	82.605	73.343	78.801
PIS e COFINS	16.864	-	9.740	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	473.748	571.894	317.773	992.192
Outros tributos	1.142	-	474	-
<b>Total</b>	<b>576.250</b>	<b>654.499</b>	<b>401.330</b>	<b>1.070.993</b>

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2021, É composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos;
- (c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 25.884 (R\$ 26.019 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 473.748 no curto prazo e R\$ 571.894 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº18).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>33.199</b>	<b>1.218.256</b>	<b>(129.912)</b>	<b>(691.222)</b>	<b>14.808</b>	<b>445.129</b>	<b>9.617</b>	<b>435.512</b>	<b>311.492</b>	<b>133.637</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	(47.408)	742.447	(70.254)	(642.814)	10.210	(7.819)	(13.345)	5.526	(9.515)	1.696
Proinfra	9.453	(1.665)	(5.882)	-	171	2.077	2.078	(1)	2.078	(1)
Transporte rede básica	42.031	20.774	(38.103)	-	2.371	27.073	7.030	20.043	20.922	6.151
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (b)	39.094	456.181	(19.512)	(48.408)	2.116	429.471	18.217	411.254	303.278	126.193
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	519	3.839	-	(60)	(5.673)	(4.363)	(1.310)	(5.271)	(402)
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(242.419)</b>	<b>208.178</b>	<b>159.047</b>	<b>(55.498)</b>	<b>4.234</b>	<b>73.542</b>	<b>(104.101)</b>	<b>177.643</b>	<b>81.101</b>	<b>(7.559)</b>
Alíquota efetiva PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(30.416)	6.931	-	789	(32.584)	(1.779)	(30.805)	(23.131)	(9.453)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	6.419	37.860	(55.498)	(2.082)	(34.636)	(7.820)	(26.816)	(26.408)	(8.228)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(31.454)	29.613	-	(3.020)	(119.160)	(29.613)	(89.547)	(29.613)	(89.547)
Risco hidrológico	(134.326)	(147.812)	133.978	-	2.989	(145.171)	(36.570)	(108.601)	(111.847)	(33.324)
Outros (c)	37.429	411.441	(49.335)	-	5.558	405.093	(28.319)	433.412	272.100	132.993
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(209.220)</b>	<b>1.426.434</b>	<b>29.135</b>	<b>(746.720)</b>	<b>19.042</b>	<b>518.671</b>	<b>(94.484)</b>	<b>613.155</b>	<b>392.593</b>	<b>126.078</b>

- (a) O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, maior acionamento térmico e aumento do PLD médio no período.
- (b) O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).
- (c) O diferimento ativo é devido a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado no montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil, no

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$ 386.200 no ciclo tarifário 2021, compensado pelo registro dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas a Conta Covid, de acordo com a resolução normativa ANEEL nº 952 de novembro de 2021, no montante de R\$ 14.779 (nota explicativa nº 1.2).

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela</b>												
<b>A - CVA</b>	<b>174.709</b>	<b>423.636</b>	<b>(222.086)</b>	<b>(256.370)</b>	<b>(94.362)</b>	<b>7.673</b>	<b>(1)</b>	<b>33.199</b>	<b>57.853</b>	<b>(24.654)</b>	<b>40.763</b>	<b>(7.564)</b>
Aquisição de energia - (CV/Aenerg)	272.759	344.808	(285.155)	(294.921)	(94.362)	9.464	(1)	(47.408)	74.063	(121.471)	(10.135)	(37.273)
Proinfra	(176)	(3.256)	2.231	10.684	-	(30)	-	9.453	(1.289)	10.742	6.157	3.296
Transporte rede básica	27.261	95.337	(25.644)	(55.542)	-	619	-	42.031	7.686	34.345	31.492	10.539
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(20.111)	104.409	88.860	-	(2.649)	-	39.094	(28.776)	67.870	18.268	20.826
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	6.858	(17.927)	(5.451)	-	269	-	(9.971)	6.169	(16.140)	(5.019)	(4.952)
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(101.169)</b>	<b>(73.936)</b>	<b>137.204</b>	<b>(196.572)</b>	<b>-</b>	<b>(1.082)</b>	<b>(6.864)</b>	<b>(242.419)</b>	<b>(42.715)</b>	<b>(199.704)</b>	<b>(122.440)</b>	<b>(119.979)</b>
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	11.364	9.775	(18.415)	-	(73)	(1)	(9.888)	(1.595)	(8.293)	(7.343)	(2.545)
Sobrecontratação de energia	43.595	13.667	59.552	(144.428)	-	1.245	5.034	(21.335)	(14.399)	(6.936)	(19.207)	(2.128)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(113.284)	27.146	-	-	(1.529)	136.109	(114.299)	(29.613)	(84.686)	(29.614)	(84.685)
Risco hidrológico	(92.661)	(130.657)	92.120	-	-	(3.128)	-	(134.326)	(24.268)	(110.059)	(100.555)	(33.771)
Outros	110.263	144.974	(51.389)	(33.729)	-	2.403	(135.093)	37.429	27.160	10.270	34.279	3.150
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>73.540</b>	<b>349.700</b>	<b>(84.882)</b>	<b>(452.942)</b>	<b>(94.362)</b>	<b>6.591</b>	<b>(6.865)</b>	<b>(209.220)</b>	<b>15.138</b>	<b>(224.358)</b>	<b>(81.677)</b>	<b>(127.543)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator.

Cabe mencionar que a Companhia impetrou mandado de segurança contra a aplicação do Despacho nº 2.508/2020, no âmbito do reajuste tarifário de 2021, que estabelece os montantes de sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 sendo acatado pela ANEEL, conforme publicado no Despacho nº 1.061/2021, de 16 de abril de 2021.

Eventual decisão futura da ANEEL pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderá implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 59.011 (atualizado até 31 de dezembro de 2021), tendo como contrapartida o resultado.

### 11. Benefício fiscal

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

<b>Benefício fiscal - ágio incorporado</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(713.823)	(700.167)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	388.270	379.092
<b>Total</b>	<b>21.042</b>	<b>25.520</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	Percentual
Em 2022	4.327	20,56%
Em 2023	3.960	18,82%
Em 2024	3.625	17,23%
Em 2025	3.316	15,76%
2026 até 2027	5.814	27,63%
<b>Total</b>	<b>21.042</b>	<b>100,00%</b>

### 12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), garantia de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2021	31.12.2020
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	-	13
BNB	CDB	15.594	14.940
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.507	13.630
<b>Total</b>		<b>31.101</b>	<b>28.583</b>

### 13. Ativo indenizável (concessão)

Em 31 de dezembro de 2021 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.026.407</b>	<b>2.372.127</b>
Transferências do ativo contratual	556.397	528.547
Atualização do ativo financeiro da concessão	328.258	125.733
Reclassificação para ativo imobilizado	1.518	-
<b>Saldo Final</b>	<b>3.912.580</b>	<b>3.026.407</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

### 14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Adição	Depreciação/ Amortização	Transferência	Reclassificação	31.12.2021
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos	30	-	-	-	(30)	-
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	9	-	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	20	(25.266)	38.989
Veículos	-	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	-	(45.083)	10.838
<b>Subtotal</b>	<b>120.195</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>(68.594)</b>	<b>51.621</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	-	-	(29)	-	(675)	(704)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(1.139)	-	14.686	(36.261)
Veículos	-	-	(1.606)	-	(442)	(2.048)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(612)	-	27.322	(8.694)
<b>Subtotal</b>	<b>(85.212)</b>	<b>-</b>	<b>(3.386)</b>	<b>-</b>	<b>40.891</b>	<b>(47.707)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	-	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	9.630	111	-	30.955	43.731
Veículos	-	434	-	-	6.185	6.619
Móveis e utensílios	2.891	3	-	(20)	703	3.577
<b>Subtotal</b>	<b>5.926</b>	<b>10.067</b>	<b>111</b>	<b>(20)</b>	<b>38.605</b>	<b>54.689</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>40.909</b>	<b>10.067</b>	<b>(3.275)</b>	<b>-</b>	<b>10.902</b>	<b>58.603</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>						
Terrenos	352	-	(201)	-	(2)	149
Imóveis	2.303	-	(4.932)	-	475	(2.154)
Veículos e outros meios de transporte	-	23.548	-	-	-	23.548
<b>Subtotal</b>	<b>2.655</b>	<b>23.548</b>	<b>(5.133)</b>	<b>-</b>	<b>473</b>	<b>21.543</b>
<b>Total</b>	<b>43.564</b>	<b>33.615</b>	<b>(8.408)</b>	<b>-</b>	<b>11.375</b>	<b>80.146</b>

	31/12/2019	Remensuração	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	31.12.2020
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Terrenos	30	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	-	(24)	2.862	64.235
Móveis e utensílios	51.355	-	-	-	(135)	4.701	55.921
<b>Subtotal</b>	<b>112.791</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(159)</b>	<b>7.563</b>	<b>120.195</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	-	(3.968)	14	-	(49.808)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	-	(3.006)	135	-	(35.404)
<b>Subtotal</b>	<b>(78.387)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.974)</b>	<b>149</b>	<b>-</b>	<b>(85.212)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Máquinas e equipamentos	3.035	-	2.862	-	-	(2.862)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	-	2.993	-	-	(4.701)	2.891
<b>Subtotal</b>	<b>7.634</b>	<b>-</b>	<b>5.855</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.563)</b>	<b>5.926</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>42.038</b>	<b>-</b>	<b>5.855</b>	<b>(6.974)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>40.909</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	82	30	74	(310)	-	476	352
Imóveis	8.660	(42)	-	(5.839)	-	(476)	2.303
Veículos e outros meios de transporte	588	-	-	(588)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>9.330</b>	<b>(12)</b>	<b>74</b>	<b>(6.737)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.655</b>
<b>Total</b>	<b>51.368</b>	<b>(12)</b>	<b>5.929</b>	<b>(13.711)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>43.564</b>

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,08
Imóveis	2,81
Veículos	2,11

**15. Intangível**

	31.12.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>				
Direito de uso da concessão	5.415.649	(3.318.005)	(261.692)	1.835.952
Software	363.947	(230.261)	-	133.686
Bens de renda	369	(357)	-	12
<b>Total</b>	<b>5.779.965</b>	<b>(3.548.623)</b>	<b>(261.692)</b>	<b>1.969.650</b>

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.076.192</b>	<b>(2.858.217)</b>	<b>(286.953)</b>	<b>1.931.022</b>
Baixas	(16.125)	11.739	-	(4.386)
Amortização	-	(333.858)	34.339	(299.519)
Transferência dos ativos contratuais	425.507	-	(44.705)	380.802
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.485.574</b>	<b>(3.180.336)</b>	<b>(297.319)</b>	<b>2.007.919</b>
Baixas	(354)	-	-	(354)
Amortização	-	(368.287)	35.627	(332.660)
Transferência dos ativos contratuais	314.575	-	-	314.575
Transferência para ativos imobilizado	(19.830)	-	-	(19.830)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.779.965</b>	<b>(3.548.623)</b>	<b>(261.692)</b>	<b>1.969.650</b>

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

**16. Ativos contratuais**

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 4,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	31.12.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Em Curso</b>			
Direito de uso da concessão	972.171	(235.431)	<b>736.740</b>
Software	138.147	-	<b>138.147</b>
<b>Total</b>	<b>1.110.318</b>	<b>(235.431)</b>	<b>874.887</b>

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	776.890	(255.833)	521.057
Adições	980.050	(11.773)	<b>968.277</b>
Capitalização de juros de empréstimos	795	-	<b>795</b>
Transferências para ativo intangível	(425.507)	44.705	<b>(380.802)</b>
Transferências para ativo indenizável	(528.547)	-	<b>(528.547)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>803.681</b>	<b>(222.901)</b>	<b>580.780</b>
Adições	1.170.404	(12.530)	<b>1.157.874</b>
Capitalização de juros de empréstimos	268	-	<b>268</b>
Transferências para ativo intangível	(314.575)	-	<b>(314.575)</b>
Transferências para ativo indenizável	(556.397)	-	<b>(556.397)</b>
Reclassificação para ativo imobilizado	6.937	-	<b>6.937</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.110.318</b>	<b>(235.431)</b>	<b>874.887</b>

**17. Fornecedores**

	Reapresentado	
	31.12.2021	31.12.2020
Compra de Energia	251.446	497.247
Compra de Energia com partes relacionadas	188.831	1.229
Encargo de Uso da Rede	275.728	121.102
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	27	293
<b>Total energia</b>	<b>716.032</b>	619.871
Materiais e serviços	572.133	308.594
Materiais e serviços com partes relacionadas	122.304	96.092
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.410.469</b>	<b>1.024.557</b>

**18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 290.130 (em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 165.863) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	473.748	317.773
Ativo não circulante	9	571.894	992.192
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.045.642</b>	<b>1.309.965</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante		473.748	317.774
Passivo não circulante		997.855	1.128.538
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.471.603</b>	<b>1.446.312</b>
		<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		16.568	25.964
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(16.568)	(25.964)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.449.864</b>	<b>1.420.867</b>
Constituição	25.964	25.964
Compensações	(165.863)	-
Outros	-	(519)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.309.965</b>	<b>1.446.312</b>
Atualizações	25.807	25.807
Compensações	(290.130)	-
Outros	-	(516)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.045.642</b>	<b>1.471.603</b>

**19. Obrigações fiscais**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ (a)	13.131	48.425
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	3.153	22.685
<b>Total</b>	<b>16.284</b>	<b>71.110</b>

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	638	1.169	1.807	1.231	3.488	4.719
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.209	-	18.209	24.413	-	24.413
Programa de integração social - PIS	3.928	-	3.928	5.343	-	5.343
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.202	-	8.202	7.304	-	7.304
Outros tributos e contribuições	-	-	-	960	-	960
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>30.977</b>	<b>1.169</b>	<b>32.146</b>	<b>39.251</b>	<b>3.488</b>	<b>42.739</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	190.366	-	190.366	123.480	-	123.480
Refis Parcelamento ICMS	6.841	-	6.841	-	-	-
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>197.207</b>	<b>-</b>	<b>197.207</b>	<b>123.480</b>	<b>-</b>	<b>123.480</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	5.016	-	5.016	3.350	-	3.350
Outros tributos e contribuições	8	-	8	1.086	-	1.086
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>5.024</b>	<b>-</b>	<b>5.024</b>	<b>4.436</b>	<b>-</b>	<b>4.436</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>233.208</b>	<b>1.169</b>	<b>234.377</b>	<b>167.167</b>	<b>3.488</b>	<b>170.655</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos das antecipações conforme a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Impostos a pagar	125.578	53.587	57.900	35.938
Antecipações de impostos	(112.447)	(5.162)	(54.747)	(13.253)
<b>Saldo final</b>	<b>13.131</b>	<b>48.425</b>	<b>3.153</b>	<b>22.685</b>

- (b) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 190.366 (R\$ 123.480 em 31 de dezembro de 2020), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 638 (saldo de R\$ 1.231 em 31 de dezembro de 2020) e no longo prazo o montante de R\$ 1.169 (saldo de R\$ 3.488 em 31 de dezembro de 2020), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	31.12.2021	31.12.2020
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.719</b>	<b>7.311</b>
(-) Pagamento principal	(1.541)	(1.422)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.316)
(+) Atualização	172	146
<b>Saldo final</b>	<b>1.807</b>	<b>4.719</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2021					31.12.2020				
	Circulante		Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Encargos	Circulante		Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal				Total	Principal			Total
<b>Moeda estrangeira:</b>										
União Federal – Bônus de Desconto (a)	15	-	15	6.368	6.383	16	-	16	5.930	5.946
União Federal – Bônus ao Par (a)	118	-	118	9.126	9.244	110	-	110	8.499	8.609
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.011	191.478	193.489	-	193.489
TOKIO 4131	-	-	-	-	-	635	164.380	165.015	-	165.015
TOKIO 4131 II	-	-	-	-	-	227	55.025	55.252	-	55.252
SCOTIABANK 4131 II (b)	-	-	-	-	-	658	155.901	156.559	-	156.559
SCOTIABANK 4131 III (b1)	2.635	-	2.635	435.084	437.719	-	-	-	-	-
BNP 4131 II - COELCE (c)	732	-	732	131.020	131.752	-	-	-	-	-
BNP 4131 III - COELCE (c1)	537	131.020	131.557	-	131.557	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	1.578	-	1.578	223.955	225.533	-	-	-	-	-
Sumitomo 4131 - COELCE (b3)	1.270	-	1.270	279.025	280.295	-	-	-	-	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>6.885</b>	<b>131.020</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>1.222.483</b>	<b>3.657</b>	<b>566.784</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>584.870</b>
<b>Moeda nacional:</b>										
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Eletrobrás (d)	-	2.449	2.449	1.347	3.796	-	4.437	4.437	3.796	8.233
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	8	4.121	4.129	2.061	6.190	14	4.121	4.135	6.182	10.317
FINEP (f)	2	-	2	663	665	2	-	2	663	665
BNB II (g)	317	48.379	48.696	258.435	307.131	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>327</b>	<b>54.949</b>	<b>55.276</b>	<b>262.506</b>	<b>317.782</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>										
Enel Finance International N.V. (h)	15.237	-	15.237	500.000	515.237	-	-	-	-	-
Mútuos Enel BR (i)	1.116	211.097	212.213	-	212.213	-	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>227.450</b>	<b>500.000</b>	<b>727.450</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional</b>	<b>16.680</b>	<b>266.046</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>1.045.232</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>23.565</b>	<b>397.066</b>	<b>420.631</b>	<b>1.847.084</b>	<b>2.267.715</b>	<b>10.405</b>	<b>627.152</b>	<b>637.557</b>	<b>319.009</b>	<b>956.566</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>54.726</b>	<b>330.524</b>	<b>287.392</b>	<b>11.206</b>	<b>683.848</b>
Captações	33.079	-	500.000	-	533.079
Encargos provisionados	9.957	-	19.138	-	29.095
Encargos pagos	(4.596)	-	(15.873)	-	(20.469)
Variação monetária e cambial	-	11.767	143.243	3.272	158.282
Transferências	37.711	(37.711)	49	(49)	-
Amortizações	(63.761)	-	(363.508)	-	(427.269)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>956.566</b>
Captações	211.800	500.000	135.000	1.023.250	1.870.050
Encargos provisionados	37.903	-	13.566	-	51.469
Encargos pagos	(21.002)	-	(10.635)	-	(31.637)
Variação monetária e cambial	-	32.950	36.016	46.166	115.132
Transferências	75.024	(75.024)	(733)	733	-
Amortizações	(88.115)	-	(605.750)	-	(693.865)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>2.267.715</b>

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

31.12.2021					
2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total não Circulante
710.996	474.090	548.550	48.550	64.898	1.847.084

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

### a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131III (b1)	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement (h)	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE (c )	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 III - COELCE (c1)	135.000	01/04/2021	28/03/2022	Bullet	Semestral	USD + 1,57% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE (b3)	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR I (i)	190.971	13/12/2021	05/01/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR II (i)	20.125	20/12/2021	01/02/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III (b1)	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE (c )	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE (c1)	CDI + 0,55 a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	CDI + 1,25 a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE (b3)	CDI + 1,12 a.a

### b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (a)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Receíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (a)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Receíveis e conta reserva
Eletrobrás (d)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Receíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Receíveis
BNB II (g)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP (f)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2021:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank e BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

### BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

### Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

### SCOTIABANK 4131 E BNP 4131 E SUMITOMO 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Debêntures**

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	798	175.000	-	<b>175.798</b>	410	175.000	175.000	<b>350.410</b>
2ª Série 5ª emissão (b)	519	-	186.845	<b>187.364</b>	430	-	168.677	<b>169.107</b>
1ª Série 6ª emissão (c)	185	-	40.000	<b>40.185</b>	49	-	40.000	<b>40.049</b>
2ª Série 6ª emissão (d)	949	-	330.922	<b>331.871</b>	785	-	298.744	<b>299.529</b>
1ª Série 7ª emissão (e)	7.819	175.000	175.000	<b>357.819</b>	2.456	-	350.000	<b>352.456</b>
2ª Série 7ª emissão (f)	12.800	-	356.440	<b>369.240</b>	11.440	-	321.782	<b>333.222</b>
(-) Custo de transação	-	(1.740)	(6.584)	<b>(8.324)</b>	-	-	(11.190)	<b>(11.190)</b>
Total de debêntures	<b>23.070</b>	<b>348.260</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>	<b>15.570</b>	<b>175.000</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.610</b>	<b>1.481.977</b>	<b>1.500.587</b>
Atualização monetária	-	33.170	33.170
Encargos provisionados	67.339	-	67.339
Encargos pagos	(70.379)	-	(70.379)
Transferências	175.000	(175.000)	-
Apropriação custo de transação	-	2.866	2.866
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>190.570</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>
Atualização monetária	-	85.004	85.004
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	82.569	-	82.569
Encargos pagos	(75.067)	-	(75.067)
Transferências	345.394	(345.394)	-
Apropriação custo de transação	2.864	-	2.864
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>371.330</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Valor do ingresso</b>	<b>Data da emissão</b>	<b>Vencimento inicial</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>pagamento de Juros</b>	<b>Taxa efetiva a.a (%)</b>	<b>Tipo de amortização</b>	<b>Quantidade de títulos</b>	<b>Finalidade</b>
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida:

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA:

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “*impairments*” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2023	2024	2025	Total
1ª Série 5ª emissão	-	-	-	-
2ª Série 5ª emissão	111.845	75.000	-	186.845
1ª Série 6ª emissão	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	195.922	135.000	330.922
1ª Série 7ª emissão	175.000	-	-	175.000
2ª Série 7ª emissão	-	356.440	-	356.440
(-) Custo de transação	(3.315)	(2.482)	(787)	(6.584)
<b>Total a amortizar</b>	<b>323.530</b>	<b>624.880</b>	<b>134.213</b>	<b>1.082.623</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Obrigações por arrendamento

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigações por arrendamento:</b>					
Terrenos	351	535	13,00	Mensal	de 5,37% a.a até 10,01% a.a
Imóveis	2.153	3.734	33,75	Mensal	de 2,42% a.a até 12,51% a.a
Veículos	18.082	-	25,33	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
<b>Total</b>	<b>20.586</b>	<b>4.269</b>			
Circulante	14.200	2.944			
Não circulante	6.386	1.325			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.12.2021		
	Principal	Juros	Total
<b>Até um ano - 2022</b>	<b>15.649</b>	<b>(1.449)</b>	<b>14.200</b>
<b>Posterior a um ano, porém menor que cinco anos</b>	<b>6.621</b>	<b>(358)</b>	<b>6.263</b>
Até 2 anos - 2023	5.856	(273)	5.583
Até 3 anos - 2024	598	(51)	547
Até 4 anos - 2025	89	(20)	69
Até 5 anos - 2026	78	(14)	64
<b>2027 em diante</b>	<b>130</b>	<b>(7)</b>	<b>123</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>22.400</b>	<b>(1.814)</b>	<b>20.586</b>

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.784</b>	<b>3.242</b>	<b>11.026</b>
Adições	-	74	74
Remensuração	-	(12)	(12)
Pagamentos de principal	(6.801)	-	(6.801)
Pagamentos de juros	(441)	-	(441)
Transferências	1.979	(1.979)	-
Encargos provisionados	423	-	423
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.944</b>	<b>1.325</b>	<b>4.269</b>
Adições	-	23.548	23.548
Remensuração	-	-	-
Pagamentos de principal	(7.231)	-	(7.231)
Pagamentos de juros	(425)	-	(425)
Transferências	18.487	(18.487)	-
Encargos provisionados	425	-	425
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.200</b>	<b>6.386</b>	<b>20.586</b>

**23. Encargos setoriais**

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	14.938	-
Pesquisa e desenvolvimento- (“P&D”)	40.686	43.744
Programa de Eficiência Energética- (“PEE”)	47.575	60.989
Outros	3.208	3.979
<b>Total</b>	<b>106.407</b>	<b>108.712</b>
Circulante	98.371	91.892
Não Circulante	8.036	16.820

- (a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2021				31.12.2020				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.338	62.615	-	-	1.530	75.411	1.480	(8.649)	(5.850)	1.480
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	843	-	-	-	73	-	-	-	840	771	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.884	-	-	-	1.166	-	-	(1.159)	(1.114)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de Compartilhamento das despesas de	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	31.297	-	-	-	23.126	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	59.588	-	-	-	51.601	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	744	-	-	-	658	-	-	(8.348)	(7.860)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	187.266	-	-	-	-	-	-	(1.581.487)	(1.313.668)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	97	-	-	-	84	-	-	(1.057)	(955)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	28	-	-	-	24	-	-	(305)	(274)	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	-	106	-	-	-	83	-	-	(726)	(697)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	60	-	-	-	45	-	-	(486)	(466)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	175	-	-	-	137	-	-	(1.198)	(1.149)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	142	-	-	-	103	-	-	(1.038)	(980)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	213	-	-	-	95	-	-	(963)	(910)	-
Encargo de uso do sistema de Consumo Próprio	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	845	27	-	-	-	293	-	-	(3.547)	(3.376)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	55	67	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	156.860	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A	Julho de 2019 a abril 2028	-	484	-	-	-	487	-	-	(2.699)	(1.073)	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	212.213	-	-	-	-	-	-	(1.116)	-	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	15.237	500.000	-	-	-	-	-	(28.860)	-	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
Reembolso expatriados	CODENSA		-	87	-	-	-	181	-	-	94	(110)	-
	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	270	-	-	271	(189)	-
	ENEL AMERICAS		-	618	-	-	-	444	-	-	(174)	(390)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.278	-	-	-	496	-	-	(1.441)	(1.358)	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.636	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELE TROPALULO		514	6.976	-	-	514	4.690	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	278	-	-	915	26	-	-	-	-	-
* Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Distribuição Goiás - CELG D	Fevereiro de 2024	2.115	305	-	-	2.656	305	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		144	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		353	5.594	-	-	344	5.416	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	-	-	-	542	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	-	-	-	580	385	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		3.975	9.337	-	-	1.007	2.924	-	-	-	-	-
			<b>10.152</b>	<b>697.294</b>	<b>562.615</b>	<b>-</b>	<b>7.677</b>	<b>215.251</b>	<b>75.411</b>	<b>1.480</b>	<b>(1.641.993)</b>	<b>(1.339.581)</b>	<b>1.480</b>
			-	1.338	62.615	-	-	1.530	75.411	1.480	(8.649)	(5.850)	1.480
<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		(-) Benefícios pós-emprego	<b>10.152</b>	<b>695.956</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>7.677</b>	<b>213.721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.633.344)</b>	<b>(1.333.731)</b>	<b>-</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### **Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

### **Mútuo**

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 2 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 515.237.

Em dezembro de 2021 a Companhia realizou duas novas operações de mútuos com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reforço de capital de giro. As operações tiveram início nos dias 13 e 21 de dezembro, nos montantes de R\$ 190.971 e R\$ 20.125 respectivamente, com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2022 e a uma taxa de CDI + 1,08% a.a. O mútuo que previa vencimento em janeiro de 2022, foi renovado com novo vencimento para fevereiro

	31.12.2021		
	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas			
Enel Finance International N.V.	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	1.116	211.097	
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>500.000</b>
	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>12 meses</b>
Efeito no resultados dos encargos			
Enel Finance International N.V.	28.860	-	28.860
Mútuos Enel BR	1.116	-	1.116
<b>Total de efeito no resultados dos encargos</b>	<b>29.976</b>	<b>-</b>	<b>29.976</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.394	4.840
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	63	53
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	416	362
<b>Total</b>	<b>5.873</b>	<b>5.255</b>

### 25. Obrigações com benefício pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

#### **a) Plano de Contribuição Definida (CD)**

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

#### **b) Plano de Benefício Definido (BD)**

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

#### **Os benefícios do plano compreendem:**

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

#### **c) Plano de assistência médica**

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

#### **O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:**

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656/1998;

- Aposentados Lei no 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

### Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

#### a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	1.256.967	1.412.549
Valor justo dos ativos do plano	(1.300.235)	(1.377.248)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	132.583	76.627
<b>Obrigação registrada com benefícios pós-emprego</b>	<b>89.315</b>	<b>111.928</b>
Circulante	1.338	1.530
Não Circulante	87.977	110.398

#### b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos atos das disposições constitucionais transitórias.

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	-	<b>73.297</b>	<b>23.760</b>	<b>97.057</b>
Custo do serviço corrente	300	119	365	540	1.324
Custos do serviço passado	(66)	(10)	5.142	1.001	6.067
Custo dos juros líquidos	(846)	(193)	(3.747)	(3.511)	(8.297)
Contribuições reais do empregador	612	84	1.884	13.197	15.777
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	<b>76.941</b>	<b>34.987</b>	<b>111.928</b>
Custo do serviço corrente	(10)	145	340	1.404	1.879
Custo dos juros líquidos	(11)	(7)	5.465	1.323	6.770
Contribuições reais do empregador	(95)	(222)	(4.771)	(5.764)	(10.852)
Ganho/Perda Atuarial	116	84	(14.022)	(6.588)	(20.410)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>63.953</b>	<b>25.362</b>	<b>89.315</b>

Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.627 em 31 de dezembro de 2020). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020) atestado por avaliação independente.

#### c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.412.549	1.364.639
Custo dos serviços correntes	1.879	1.324
Contribuição dos empregados	1.318	1.612
Custos dos juros	98.834	96.536
Benefícios pagos	(86.595)	(91.901)
Perda atuarial	(171.018)	40.339
<b>Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício</b>	<b>1.256.967</b>	<b>1.412.549</b>

**d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	31.12.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.377.248	1.467.833
Rendimento esperado dos ativos do plano	97.630	105.625
Contribuições dos empregados	1.318	1.612
Contribuições do empregador	10.852	8.297
Benefícios pagos	(86.595)	(91.901)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(100.219)	(114.218)
<b>Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício</b>	<b>1.300.234</b>	<b>1.377.248</b>

**e) Movimentação do efeito de teto do ativo**

	31.12.2021	31.12.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	76.627	200.251
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	5.566	15.156
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	50.390	(138.780)
	<b>132.583</b>	<b>76.627</b>

**f) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>111.928</b>	<b>97.057</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.879	1.324
Juro líquidos conforme laudo atuarial	6.770	6.067
Pagamento de contribuições	(10.852)	(8.297)
Ajustes de avaliação atuarial	(20.410)	15.777
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>89.315</b>	<b>111.928</b>

**g) Despesas reconhecidas nos exercícios:**

	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente bruto	1.879	1.324
<b>Custo do serviço líquido</b>	<b>1.879</b>	<b>1.324</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	98.834	96.536
Rendimento esperado dos ativos no ano	(97.630)	(105.625)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	5.566	15.156
Juros líquidos sobre o passivo	<b>6.770</b>	<b>6.067</b>
<b>Total das despesas no exercício</b>	<b>8.649</b>	<b>7.391</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

**h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)**

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho(perda) atuarial gerada pela premissa demográfica	40	(8.360)
Ganho(perda) atuarial gerada pela taxa de desconto	257.708	(8.993)
Perda atuarial gerado pela experiência demográfica	(86.730)	(22.986)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(100.219)	(114.218)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(50.389)	138.780
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>20.410</b>	<b>(15.777)</b>

**i) Composição dos investimentos do plano por segmento**

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Renda fixa	1.102.713	84,81%	1.133.407	82,30%
Renda variável	86.988	6,69%	98.885	7,18%
Investimentos imobiliários	87.345	6,72%	116.554	8,46%
Outros	23.187	1,78%	28.402	2,06%
<b>Total do valor justo dos ativos do plano</b>	<b>1.300.233</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.377.248</b>	<b>100,00%</b>

**j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,30%	9,46%	9,36%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,30%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

**k) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,33%	6,08%	7,33%	4,88%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,33%	6,07%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	N/A

**l) Estimativa da despesa para o exercício de 2022**

Custo do serviços correntes	644
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	113.281
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.582
Rendimento esperado dos ativos do plano	(118.314)
<b>Total da despesa projetada para 2022</b>	<b>8.193</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### m) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021	1.165.641		2.010		63.953		25.362	
<b>Taxa de Desconto</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>
Impacto da obrigação do benefício definido	(49.377)	53.534	(35)	37	623	356	(575)	614
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>1.116.264</b>	<b>1.219.175</b>	<b>1.975</b>	<b>2.047</b>	<b>64.576</b>	<b>64.309</b>	<b>24.787</b>	<b>25.976</b>

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo, visto que os referidos aumentos seriam totalmente absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

## 26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

### 26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificadas como provável

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Fiscais (c)	-	57	-	-	(47)	10
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
<b>Sub-total</b>	<b>194.529</b>	<b>90.008</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(32.547)</b>	<b>241.355</b>
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
<b>Total</b>	<b>194.529</b>	<b>104.566</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(43.118)</b>	<b>245.342</b>

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas	30.366	12.278	(13.178)	3.871	(3.604)	29.733
Cíveis	112.735	54.010	(42.530)	22.297	(24.576)	121.936
Fiscais	-	19	-	-	(19)	-
Regulatório	31.941	23.282	(5.197)	602	(7.768)	42.860
<b>Total</b>	<b>175.042</b>	<b>89.589</b>	<b>(60.905)</b>	<b>26.770</b>	<b>(35.967)</b>	<b>194.529</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

#### a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

#### b) Riscos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

### c) Riscos regulatórios

- c1).** Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 3.731, que permanece em discussão judicial. O valor restante, está classificado como possível.
- c2).** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - tema teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a "Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização" que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que "a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento". Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 4.216,00. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.
- c3).** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 7.972.
- c4).** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 2.558. O valor restante, está classificado como possível.
- c5).** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 23.542,00. O processo está em discussão no âmbito judicial.
- c6).** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 27.104

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

### 26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	585.523	506.883
Cíveis (b)	1.743.513	1.363.003
Fiscais (c)	874.171	761.525
Juizados especiais	2.109	2.983
Regulatórios	25.276	6.716
<b>Total</b>	<b>3.230.592</b>	<b>2.641.110</b>

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

#### a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ações previdenciárias que, em razão de alteração de metodologia de contingenciamento, passaram a ser considerados no relatório de contingência 41 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 433.610 em 31 de dezembro de 2020).

#### b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

### **c) Fiscal**

#### **c1). Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020).

#### **c2). Temas municipais**

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 11.835 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia recebeu, em novembro de 2021, auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.023.

#### **c3). Temas federais**

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020).

### **d) Regulatórios**

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 3.731, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, (ii) R\$ 15.330, referente ao Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, tema indicadores de continuidade DEC FEC 2018 e 2019, (iii) R\$777, referente ao Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, tema Qualidade do Atendimento Comercial e (iv) R\$5.438, referente ao Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, tema indicadores de continuidade DEC FEC 2020.

## **26.3 Depósitos vinculados a litígios**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	18.210	18.447
Cíveis	26.731	25.396
Fiscais	3.857	3.833
<b>Total</b>	<b>48.798</b>	<b>47.676</b>

**27. Patrimônio líquido**
**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 892.246 em 31 de dezembro de 2020). Em 26 de abril de 2021 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 22.100, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.12.2021	31.12.2020
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

**b) Capital social autorizado**

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**c) Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

### e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

### f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

### g) Destinação de resultados

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do exercício	488.587	265.181
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(33.615)	(46.080)
(+) Reversão de dividendos prescritos	63	315
Lucro ajustado	455.035	219.416
Juros de capital próprio	(117.000)	-
Dividendo mínimo obrigatório	(14.309)	(54.854)
Dividendo adicional proposto	-	(109.708)
	323.726	54.854
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	13.471	(10.413)
Reserva de lucros	-	-
Reserva reforço de capital de giro	337.197	44.441

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$54.854 (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$109.708; reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$44.441; do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$22.100 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021: A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

**h) Outros resultados abrangentes**

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(9.468)	(2.124)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	3.219	722
<b>Total</b>	<b>(6.249)</b>	<b>(1.402)</b>

**28. Resultado por ação**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Numerador (em R\$ mil)</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	301.654	163.723
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	177.302	96.231
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	9.631	5.227
	<u>488.587</u>	<u>265.181</u>
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
<b>Percentual por ação</b>		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	6,2756	3,40608
Ação preferencial - Classe A	6,6521	3,61044
Ação preferencial - Classe B	6,9031	3,74668

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe “A” e 10% para as ações de classe “B”, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. Receita líquida**

	31.12.2021			Reapresentado		
	31.12.2020			31.12.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	3.294.771	5.177.882	3.416.005	3.176.048	4.878.078	2.528.125
Industrial	5.963	562.931	855.759	6.197	580.003	705.951
Comercial	181.583	1.533.878	1.497.500	182.949	1.585.570	1.307.608
Rural	570.546	1.278.020	786.021	587.795	1.196.996	579.669
Poder público	31.318	540.828	487.400	34.890	517.815	403.260
Iluminação pública	11.626	652.788	323.583	11.234	588.405	191.355
Serviço público	8.634	306.312	245.946	4.550	298.787	209.310
Suprimento e revenda	2	11.811	987	2	12.234	730
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.104.443</b>	<b>10.064.450</b>	<b>7.613.201</b>	<b>4.003.665</b>	<b>9.657.888</b>	<b>5.926.008</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	389.575	-	-	281.102
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(27.881)	-	-	(28.172)
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>4.104.443</b>	<b>10.064.450</b>	<b>7.974.895</b>	<b>4.003.665</b>	<b>9.657.888</b>	<b>6.178.938</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	1.455.569	-	-	264.818
Subvenção baixa renda	-	-	205.934	-	-	259.302
Subvenção de recursos da CDE	-	-	250.764	-	-	256.747
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	590	2.588.738	366.206	463	2.118.112	255.974
Receita de construção	-	-	1.157.874	-	-	969.072
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	248.579	-	-	11.466
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	328.258	-	-	125.733
Outras receitas	-	-	151.819	-	-	116.835
<b>Total outras receitas</b>	<b>590</b>	<b>2.588.738</b>	<b>4.165.003</b>	<b>463</b>	<b>2.118.112</b>	<b>2.259.947</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.105.033</b>	<b>12.653.188</b>	<b>12.139.898</b>	<b>4.004.128</b>	<b>11.776.000</b>	<b>8.438.885</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(2.022.316)	-	-	(1.551.772)
COFINS - corrente	-	-	(677.160)	-	-	(469.474)
PIS - corrente	-	-	(147.015)	-	-	(101.925)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(65.317)	-	-	(48.173)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(357.695)	-	-	(201.879)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(746.808)	-	-	(60.935)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.636)	-	-	(6.529)
ISS	-	-	(6.444)	-	-	(5.134)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.030.391)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.445.821)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.105.033</b>	<b>12.653.188</b>	<b>8.109.507</b>	<b>4.004.128</b>	<b>11.776.000</b>	<b>5.993.064</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é uma reclassificação de R\$ 125.733 da receita financeira para o resultado operacional.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30. Receitas (custo/despesas) operacionais**

	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(130.919)	-	(44.913)	-	-	<b>(175.832)</b>	(116.287)	-	(50.242)	-	-	<b>(166.529)</b>
Material	(24.072)	-	337	-	-	<b>(23.735)</b>	(30.645)	-	(1.531)	-	-	<b>(32.176)</b>
Serviços de terceiros	(501.975)	(10.875)	(44.363)	-	-	<b>(557.213)</b>	(361.633)	(3.929)	(54.491)	-	-	<b>(420.053)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(3.650.748)	-	-	-	-	<b>(3.650.748)</b>	(2.914.038)	-	-	-	-	<b>(2.914.038)</b>
Encargos do uso do sistema de transmissão	(979.938)	-	-	-	-	<b>(979.938)</b>	(457.742)	-	-	-	-	<b>(457.742)</b>
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (a)	7.136	-	-	-	-	<b>7.136</b>	52.639	-	-	-	-	<b>52.639</b>
Depreciação e amortização	(307.890)	-	(8.408)	-	-	<b>(316.298)</b>	(277.012)	-	(13.711)	-	-	<b>(290.723)</b>
Custo na desativação de bens	1	-	-	-	-	<b>1</b>	(24.746)	-	-	-	-	<b>(24.746)</b>
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(188.552)	-	<b>(188.552)</b>	-	-	-	(81.540)	-	<b>(81.540)</b>
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(62.978)	-	<b>(62.978)</b>	-	-	-	(40.917)	-	<b>(40.917)</b>
Custo de construção	(1.157.874)	-	-	-	-	<b>(1.157.874)</b>	(969.072)	-	-	-	-	<b>(969.072)</b>
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(19.700)	-	-	<b>(19.700)</b>	-	-	(28.684)	-	-	<b>(28.684)</b>
Outras despesas operacionais	(40.369)	-	(71.326)	-	-	<b>(111.695)</b>	(25.667)	-	(100.759)	-	(6.479)	<b>(132.905)</b>
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	42.075	<b>42.075</b>	-	-	-	-	26.090	<b>26.090</b>
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	5.039	<b>5.039</b>	-	-	-	-	6.354	<b>6.354</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(6.786.648)</b>	<b>(10.875)</b>	<b>(188.373)</b>	<b>(251.530)</b>	<b>47.114</b>	<b>(7.190.312)</b>	<b>(5.124.203)</b>	<b>(3.929)</b>	<b>(249.418)</b>	<b>(122.457)</b>	<b>25.965</b>	<b>(5.474.042)</b>

- a) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Resultado financeiro

	Reapresentado	
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	7.026	6.102
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	78.542	63.502
Reversão de atualização de CDE	-	(12.400)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	57.236	6.591
Variação cambial	3.962	5.304
Variação cambial de dívida	113.903	99
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	194.984	143.288
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	2.152
Juros fundo de pensão	18	76
Outras receitas financeiras	23.094	9.485
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.906)	(3.665)
<b>Subtotal</b>	<b>470.859</b>	<b>220.534</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária de dívidas	(32.949)	(11.767)
Variação monetária de debêntures	(85.004)	(33.170)
Variação cambial de dívidas	(196.086)	(146.614)
Variação cambial	(7.708)	-
Encargos de dívidas	(51.469)	(29.095)
Juros debêntures	(82.569)	(67.339)
Encargos fundo de pensão	(6.788)	(6.143)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(38.194)	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(59.673)	(26.770)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(114.382)	(105)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(34.766)	(3.984)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	295	795
Atualizações de impostos	(4.453)	(3.309)
Atualização P&D/PEE	(2.511)	(1.783)
IOF/IOC	(1.130)	(774)
Apropriação custo de transação	(2.864)	(2.866)
Comissão de fiança e seguro garantia	(4.731)	(8.135)
Juros em arrendamento	(425)	(423)
Outras despesas financeiras	(14.478)	(29.397)
<b>Subtotal</b>	<b>(739.885)</b>	<b>(370.879)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(269.026)</b>	<b>(150.345)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(157.250)	(62.323)	(99.667)	(35.938)
Diferidos	13.730	10.646	(10.309)	(3.662)
Incentivo fiscal	33.615	-	46.080	-
<b>Total</b>	<b>(109.905)</b>	<b>(51.677)</b>	<b>(63.896)</b>	<b>(39.600)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>650.169</b>	<b>650.169</b>	<b>368.677</b>	<b>368.677</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	18.860	18.860	1.512	1.512
Doações	187	187	2.533	2.533
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Perdão de Dívida Indedutível	25.397	25.397	59.444	59.444
Multas indedutíveis	-	-	7.768	7.768
Outras despesas indedutíveis	(117.000)	(117.000)	64	65
<b>Total das adições</b>	<b>(72.556)</b>	<b>(72.556)</b>	<b>71.321</b>	<b>71.322</b>
Base de cálculo	577.613	577.613	439.998	439.999
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(144.379)</b>	<b>(51.985)</b>	<b>(109.976)</b>	<b>(39.600)</b>
Incentivos fiscais	33.615	-	46.080	-
Ajustes de períodos anteriores	859	308	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(109.905)</b>	<b>(51.677)</b>	<b>(63.896)</b>	<b>(39.600)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,90%</b>	<b>7,95%</b>	<b>17,33%</b>	<b>10,74%</b>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	82.061	68.781	13.280	9.267	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	171.516	83.766	87.750	41.633	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	59.541	66.478	-	-	(6.938)	5.364
Instrumentos financeiros derivativos - PL	3.262	721	-	-	2.541	546
Arrendamento - CPC 06 (R2)	369	549	(180)	140	-	-
Outras provisões	34.862	20.188	14.675	11.082	-	-
<b>Total dos diferidos ativos</b>	<b>353.416</b>	<b>242.288</b>	<b>115.525</b>	<b>62.122</b>	<b>(4.397)</b>	<b>5.910</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.434)	(1.480)	46	51	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(294.160)	(181.003)	(113.157)	(42.749)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	(44)	(27.663)	27.663	(28.230)	(44)	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(5.701)	-	(5.701)	-	-	-
<b>Total dos diferidos passivos</b>	<b>(301.339)</b>	<b>(210.146)</b>	<b>(91.149)</b>	<b>(70.928)</b>	<b>(44)</b>	<b>-</b>
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>52.077</b>	<b>32.142</b>	<b>24.376</b>	<b>(8.806)</b>	<b>(4.441)</b>	<b>5.910</b>
Realização do benefício fiscal da incorporação	-	-	-	(5.165)	-	-
<b>Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.376</b>	<b>(13.971)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

a) A variação entre os exercícios apresentados está relacionada, principalmente, com o aumento do LAIR em 76% e os impactos gerados, principalmente pelo JCP declarado, que colaborou na diminuição da base de cálculo tributável.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31.12.2021
2022	194.294
2023	8.206
2024	8.206
2025	8.206
2026 a 2028	50.346
2029 a 2031	84.158
<b>Total</b>	<b>353.416</b>

### 33. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### 33.1 Instrumentos financeiros

##### 33.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalente de caixa					
Títulos e valores mobiliários					
Cauções e depósitos					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis					
Ativos financeiros setoriais					
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos					
Ativo indenizável (concessão)					
<b>Total do ativo</b>		<b>6.512.821</b>	<b>6.512.821</b>	<b>4.864.527</b>	<b>4.864.527</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos					
Arendamentos					
Passivos financeiros setoriais					
Fornecedores					
<b>Total do passivo</b>		<b>5.189.017</b>	<b>4.346.484</b>	<b>3.729.436</b>	<b>3.711.997</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					31.12.2021	31.12.2020
Scotiabank		07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	41.865
TOKIO		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	-	13.623
TOKIO II		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	-	4.786
Scotiabank II		01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	-	3.599
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	21.337	483
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(7.462)	-
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(6.059)	-
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25% aa	5.466	-
Sumitomo		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(5.982)	-
<b>Total</b>					<b>7.300</b>	<b>64.356</b>

A movimentação é como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.399)</b>
Efeito no resultado financeiro	139.199
Marcação a mercado no resultado	2.152
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(1.607)
Recebimento de principal	(63.507)
Pagamento de juros	3.518
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.356</b>
Efeito no resultado financeiro	45.836
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(7.344)
Recebimento de principal	(105.750)
Pagamento de juros	10.736
Recebimento de Juros	(534)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.300</b>

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2021 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	21.337	24.018	(2.681)	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(7.462)	(6.216)	(1.246)	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	(6.059)	(6.189)	130	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	5.466	8.229	(2.763)	210.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(5.982)	(3.074)	(2.908)	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
<b>Total</b>	<b>7.300</b>	<b>16.768</b>	<b>(9.468)</b>	<b>1.158.250</b>	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2021.

### 33.1.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### 33.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da  *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, da Companhia observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

### a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

### b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

#### b1). Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	204.316	166.015
Títulos e valores mobiliários	80.648	92.376
Instrumentos financeiros derivativos	7.300	64.356
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.721.911	1.485.066
Ativos financeiros setoriais	518.671	-
Ativo indenizável (concessão)	3.912.580	3.026.407
	<b>6.445.426</b>	<b>4.834.220</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos, com a seguinte classificação de risco, realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2021	31.12.2020
AA-	7.300	64.356
<b>Total geral</b>	<b>7.300</b>	<b>64.356</b>

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2021	31.12.2020
AAA	257.086	227.501
AA+	14	13
<b>Total geral</b>	<b>257.100</b>	<b>227.514</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b2). Gerenciamento de Capital

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2.267.715	956.566
Debentures (Nota 21)	1.453.953	1.533.583
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	(7.300)	(64.356)
<b>Dívida</b>	<b>3.714.368</b>	<b>2.425.793</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(204.316)	(166.015)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(80.648)	(92.376)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>3.429.404</b>	<b>2.167.402</b>
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.387.355	3.230.548
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>50%</b>	<b>40%</b>

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 é de 50% (40% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

### b3). Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000. Mais recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 500.000, por meio do despacho nº 3.754 de 21 de novembro de 2021, totalizando R\$ 1.900.000. dos quais em 31 de dezembro de 2021, estavam disponíveis R\$ 711.096.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.150	134.769	18.014	1.108.777	-	1.266.710
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.483	8.947	40.361	212.988	65.770	332.549
Debêntures	(145)	205.710	242.447	1.207.704	-	1.655.716
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	192.242	45.396	35.002	674.082	-	946.722
<b>Total</b>	<b>201.730</b>	<b>394.822</b>	<b>335.824</b>	<b>3.203.551</b>	<b>65.770</b>	<b>4.201.697</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	18.152	13.669	59.204	70.713	161.738
<b>Total</b>	<b>18.152</b>	<b>13.669</b>	<b>59.204</b>	<b>70.713</b>	<b>161.738</b>

### b4). Riscos de mercado

#### b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Selic	600	0,23%	15.575	6,85%
CDI	256.500	99,77%	211.926	93,15%
Pré-Fixado	-	0,00%	13	0,01%
<b>Total</b>	<b>257.100</b>	<b>100,00%</b>	<b>227.514</b>	<b>100,00%</b>

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	3.912.580	100,00%	3.026.407	100,00%
<b>Total</b>	<b>3.912.580</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.026.407</b>	<b>100,00%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	36.099	0,97%	10.824	0,45%
TJLP	665	0,02%	665	0,03%
CDI	2.483.939	66,87%	1.254.017	51,70%
IPCA	1.187.282	31,96%	1.154.339	47,59%
Libor	6.383	0,17%	5.948	0,25%
<b>Total</b>	<b>3.714.368</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.425.793</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

#### Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2022		
		31.12.2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	600	71	53	36
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	256.500	30.245	22.684	15.123
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.912.580	163.424	122.568	81.712
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.182.688)	(123.687)	(150.279)	(176.288)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	1.189.988	109.138	357.196	563.326
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(9.986)	-	(385)	(385)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(1.216.100)	(112.160)	(365.946)	(576.835)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(665)	(46)	(55)	(64)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.301.252)	(125.597)	(152.894)	(179.593)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.187.282)	(140.370)	(161.083)	(181.457)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(6.383)	(668)	(2.132)	(3.352)
			<b>(199.650)</b>	<b>(330.273)</b>	<b>(457.777)</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	42.913	142.307	99.394	224.900	181.987
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(42.767)	(141.824)	(99.057)	(224.137)	(181.370)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	46.766	57.010	10.244	67.028	20.262
BNP 4131 II - COELCE	14.112	44.052	29.940	68.931	54.819
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(14.155)	(44.185)	(30.030)	(69.139)	(54.984)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	16.267	19.715	3.448	23.087	6.820
BNP 4131 III - COELCE	1.047	8.474	7.427	14.646	13.599
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PA	(1.037)	(8.394)	(7.357)	(14.507)	(13.470)
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PP	3.361	4.114	753	4.852	1.491
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	22.750	73.974	51.224	116.540	93.790
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(22.749)	(73.970)	(51.221)	(116.534)	(93.785)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	25.793	31.229	5.436	36.544	10.751
Sumitomo 4131 - COELCE	29.984	93.677	63.693	146.605	116.621
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE	(28.430)	(88.823)	(60.393)	(139.008)	(110.578)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE	31.500	38.212	6.712	44.776	13.276
<b>Total</b>	<b>125.355</b>	<b>155.568</b>	<b>30.213</b>	<b>184.584</b>	<b>59.229</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

**b.4.2) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em reais).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>	
Empréstimos e financiamento	1.222.483
Exposição patrimonial	<b>1.222.483</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<b>(1.189.988)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>32.495</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

### b.4.3) Risco de preço Regulação

#### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

### c) Outros riscos

#### c1). Risco de regulação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

### 34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.341.473 em 2022, R\$2.451.871 em 2023, R\$2.630.194 em 2024, R\$2.589.448 em 2025 e R\$46.019.122 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

### 35. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 17.938 e R\$ 14.772, respectivamente.

### 36. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.028.355	R\$ 6.284.021
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 0	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	R\$ 0	R\$ 78.824
-	Riscos ambientais	01/11/2021	01/11/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Riscos frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

### 37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2021	31.12.2020
Compensação CDE (nota 8 e 23)	-	(311.830)
Compensação ICMS parcelamento (nota 9)	-	(11.056)
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 14)	-	-
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 14)	-	(12)
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(290.130)	(165.863)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(106.436)	(90.053)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(268)	(795)
	<b>(106.704)</b>	<b>(90.848)</b>

### Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2021	31.12.2020	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.870.050	533.079	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(693.865)	(427.269)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(7.231)	(6.801)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	63.507	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(1.541)	(1.422)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(199.501)	(90.217)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>1.073.662</b>	<b>70.877</b>		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa			Efeito caixa		
	31.12.2020	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2021
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>130.276</b>	109.708	(63)	14.309	(199.501)	<b>171.729</b>

	Efeito não caixa			Efeito caixa		
	31.12.2019	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2020
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>83.283</b>	82.671	(315)	54.854	(90.217)	<b>130.276</b>

## 38. Eventos subsequentes

### Operação de Mútuo

Em janeiro e fevereiro, com necessidade de capital de giro a Companhia captou três novas operações de mútuos com vencimentos para março e abril de 2022. Segue abaixo detalhamento das operações contratadas com a sua controladora Enel BR:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	pagamento de juros	Finalidade	Garantias
Mútuo III	70.429	05/02/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo IV	110.556	31/01/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo V	100.638	15/02/2022	18/04/2022	CDI + 0,73% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

## **Declaração da Diretoria da Companhia**

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2022.

**Márcia Sandra Roque Vieira Silva**  
Diretora Presidente

**Teobaldo José Cavalcante Leal**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

**Alain Rosolino**  
Diretor de Recursos Humanos e Organização

**José Nunes de Almeida Neto**  
Diretor de Relações Institucionais

**Janaina Savino Vilella Carro**  
Diretora de Comunicação

**Luiz Antonio Correa Gazulha Junior**  
Diretor de Regulação

**Eduardo Gomes de Paula**  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Ana Claudia Gonçalves Rebello** Diretora  
Jurídica

**vago**  
Diretora de Compras

**Charles de Capdeville**  
Diretor de Planejamento e Engenharia

**Luiz Flavio Xavier de Sá**  
Diretor de Mercado

## **Manifestação do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2022.

Guilherme Gomes Lencastre  
Presidente da Mesa e do Conselho de Administração

## **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2021.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta a informação, pelo representante da auditoria, sobre o relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2022.

**Antônio Cleber Uchoa Cunha**

Presidente do Conselho Fiscal

**Carlos Antonio Vergara Cammas**

Conselheiro Fiscal

**Jorge Parente Frota Junior**

Conselheiro Fiscal

## **Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2022.

**Márcia Sandra Roque Vieira Silva**  
Diretora Presidente

**Teobaldo José Cavalcante Leal**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

**Alain Rosolino**  
Diretor de Recursos Humanos e Organização

**José Nunes de Almeida Neto**  
Diretor de Relações Institucionais

**Janaina Savino Vilella Carro**  
Diretora de Comunicação

**Luiz Antonio Correa Gazulha Junior**  
Diretor de Regulação

**Eduardo Gomes de Paula**  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Ana Claudia Gonçalves Rebello**  
Diretora Jurídica

**Vago**  
Diretora de Compras

**Charles de Capdeville**  
Diretor de Planejamento e Engenharia

**Luiz Flavio Xavier de Sá**  
Diretor de Mercado